

HABEAS CORPUS Nº 569.833 - SC (2020/0077435-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : CLOVIS JOSE MORAES
ADVOGADO : CLÓVIS JOSÉ MORAES - SC045001
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ELOIRSETE PEREIRA ARNOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS IMPRESCINDÍVEIS À ANÁLISE DO PEDIDO. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ELOIRSETE PEREIRA ARNOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no julgamento do HC n.º 5008496-26.2019.8.24.0000.

Narra a exordial que o Paciente foi preso preventivamente há mais de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses pela suposta prática de participação em organização criminosa armada.

Informa que o pedido de relaxamento da prisão cautelar foi indeferido pelo juízo processante.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos da ementa de fl. 17.

Daí o presente *mandamus*, por meio do qual a Defesa afirma, em síntese, ausência de fundamentação do decreto prisional, que não teria se baseado nos requisitos legais necessários ao encarceramento cautelar, ausência de indícios de participação do Paciente na organização criminosa em questão (PGC) e ausência do *periculum libertatis*.

Acrescenta que o Paciente estava em gozo de benefícios da execução penal relativos a condenações anteriores e que a prisão preventiva ora impugnada o prejudicou em ralação a tais benefícios.

Insurge-se, ainda, contra o excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*. A Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais que comprovem o alegado na inicial, notadamente da decisão que decretou a custódia cautelar do Paciente, a decisão que indeferiu o relaxamento da prisão e o acórdão impugnado (tendo juntado apenas a ementa do julgamento, fls. 17-19), o que obsta a apreciação do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **competete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso).**

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora